

mar as concessionárias, isso é mui, muito, esse é o papel do Rio Metrópole fazer isso, como ele já fez outras vezes também, não é?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Eu queria deixar como sugestão ao Instituto que transmita ao Presidente Bernardo Santoro, que o Instituto Rio Metrópole pudesse promover uma reunião com os Municípios limdeiros, não é, Deputado Luiz Paulo? Com os Municípios que são implicados pelo projeto do Arco Metropolitano...

O SR. ROBSON PIERRE - Claro, mas, Deputado Waldeck Carneiro, é isso mesmo que eu acabei de ouvir e é isso mesmo que eu já vou propor aqui mesmo e já colocar à disposição o Rio Metrópole porque todos eles têm a cadeira lá, só que esse assunto eu acho que para os 9 Municípios, 9, sei lá, talvez convocaria todas as cadeiras ou não? A gente senta, analisa, "ah, não, não vamos chamar todos, vamos chamar só os envolvidos".

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Eu não estou falando de uma reunião do conselho deliberativo, não, para uma reunião técnica de vocês, eu acho que para aproximar um pouco os Municípios, a gente tem um acúmulo talvez maior, outros Municípios talvez não tenham esse acúmulo, entendeu?

O SR. ROBSON PIERRE - Sim, coloco já a disposição para isso saindo daqui. Continuando...

(FALAS PARALELAS)

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Deputado Luiz Paulo quer perguntar alguma coisa.

O SR. LUIZ PAULO - Deputado Waldeck Carneiro, eu queria ser absolutamente objetivo, esta é uma audiência pública, toda audiência pública culmina em uma síntese ao Presidente da Casa e V. Exa. ainda preside a Comissão da Região Metropolitana. Nesse tema que nós estamos discutindo, o Rio Metrópole não tem que ficar à disposição de ninguém, ele tem que ser a vanguarda do processo, ele tem que chamar os Municípios, como Duque de Caxias, chamar o Inea, chamar a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Esse projeto virou lei, o poder executivo é que vai regulamentar, se o poder executivo vai regulamentar, a bola está com quem? O poder executivo. Quem coordena a Região Metropolitana? É o Instituto, então, é dever do Instituto fazer isso.

O SR. ROBSON PIERRE - Mas foi isso mesmo que eu quis dizer, não sei se...

(FALAS PARALELAS)

O SR. LUIZ PAULO - É só o adjetivo que o senhor colocou, "fico à disposição". Eu posso dizer a vossa senhoria que eu fico à disposição de vossa senhoria, se não me chamar, o tempo passou, mas essa é a tarefa do Instituto, o senhor tem que coordenar isso, é só nomenclatura.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Por isso que dei a sugestão de que o Instituto tome a iniciativa de promover uma agenda como essa, não é uma agenda formal do conselho deliberativo, uma agenda técnica.

O SR. ROBSON PIERRE - Está ok, eu acho que todos esses entroncamentos que existem no perímetro do Arco são pontos cruciais para o desenvolvimento industrial. Qualquer tipo de indústria que, cada uma com a sua particularidade, e junto, o que vai que vai estar? Vai estar logística, vai estar elétrica, vai estar a água, vai estar a tecnologia. Essa é a política integrada que vai ter que estar acontecendo também, senão, não vamos ter sucesso com isso.

A preocupação do Leandro que, mais uma vez, qualquer um que passa pelo Arco pensa duas vezes; que horas que você vai? Liga quando você sai, avisa quando você chega, porque, aqueles postes todos derrubados, etc. Não vou ser redundante para não ser cansativo.

Dentro do Peduí e apesar de ele não estar assim nota dez, mas é ele que a gente já está seguindo, que a gente segue. Ele tem uma ação dentro dele que é chamada de M1, que é a metrópole inteligente. Porque ele abrange praticamente o contexto todo do Rosenverg dentro do Arco Metropolitano, a proposta, com algumas modificações. Por exemplo, o buffer. A gente tinha criado, quer dizer o Peduí tem um buffer de 800 metros, agora parece que são quatro quilômetros, coisas para serem adequadas até no Peduí, se for o caso.

Então, é isso. Sobre o BRT Transbrasil, é lógico. Ele não é só o Município que usa aquela vétebra, tudo chega ali; Duque de Caxias chega ali, um mundo de gente chega ali. Ele é para ser tratado, sim. Eu vejo assim.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Mas se não houver uma ação do ente metropolitano o Município do Rio não ter essa iniciativa. Essa é uma obra que começou em 2013, com todos os sobressaltos que a gente conhece, não é, Leandro? Quase dez anos depois várias etapas ainda inconclusas dos Municípios, não só da Dutra, da Dutra e da Washington Luiz. É a artéria mais importante do Rio de Janeiro, uma artéria eminentemente metropolitana, e ninguém trata dela como uma questão metropolitana, parece que é uma mera obra municipal. Mas não é uma mera obra municipal. Mas se o ente metropolitano não tomar uma iniciativa, advogar para si essa responsabilidade de chamar os Municípios afetados pelo BRT, é só um exemplo, a gente não está tratando do BRT Transbrasil aqui. É na linha do que o Luiz Paulo falou; se o ente metropolitano, instituído por lei, portanto, legitimado, não tomar essa iniciativa, o Município pontualmente não vai fazer isso não, vai tocar sua obra ali. É disso que a gente está falando.

O SR. ELIOMAR COELHO - Deixe-me fazer uma... O que acontece... De certa forma eu estou preocupado é com o andamento. Veja bem, o objetivo aqui era discutir esse projeto do Deputado Rosenverg Reis, que considera de relevante interesse econômico do Estado o eixo rodoviário denominado Arco Metropolitano. Isso aqui é que é o objeto da nossa reunião. Eu comecei a minha intervenção dizendo que eu fui usuário, e que não sou mais hoje por medo. Porque, no fundo, no fundo eu acho que a gente tem que trocar e acordar aqui em três aspectos em relação ao Arco Metropolitano. É a questão da segurança; é a questão da ocupação desordenada; a ocupação da presença das políticas públicas; e, uma coisa que até agora ninguém colocou, que é a questão da infraestrutura. A infraestrutura principalmente em relação a saneamento básico. E quando eu falo saneamento básico, eu estou falando abastecimento de água, esgotamento sanitário, escoamento das águas, recolhimento e destinação dos resíduos sólidos. Como é que você vai querer fazer a ocupação daquilo dali, e aí entra exatamente nessa discussão da Região Metropolitana. A Região Metropolitana, eu sempre discordei, desde quando eu vim para esta Casa aqui, de como o Executivo tem conduzido essa matéria aqui, porque eu não vejo a presença, por exemplo, dos executivos das cidades que compõem a Região Metropolitana. Como é que você vai discutir governança metropolitana de uma área que tem 22, agora pode ser que tenha 23 com a inclusão de Petrópolis...

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - 22 com Petrópolis.

O SR. ELIOMAR COELHO - Então, eram 21. Agora, com a inclusão de Petrópolis, 22 Municípios, como é que você vai discutir políticas de integração sem a participação exatamente daqueles que são os Executivos de cada um desses Municípios? Começa por aí. Está errado. Está errado mesmo, tem que ser dito aqui, entendeu? Está errado. Ou se incorporam os Executivos de todos os Municípios ou então nós vamos ficar fazendo coisa para inglês ver, entendeu? Me desculpe, mas é isso daí, porque há muitos anos que eu discuto política urbana. Eu tenho a impressão de que aprendi durante esse tempo todo alguma coisa em relação a essa matéria e eu vejo que a discussão não está acontecendo como deveria. Os procedimentos a serem adotados exatamente para gente querer com que haja realmente desenvolvimento econômico que contemple a todos sem a participação das pessoas.

Então, meia dúzia de quatro comandando o espetáculo daquilo que deveria ser políticas integradas, porque, 22 Municípios? Tem que ter a presença dos 22 Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - O Instituto quer completar? Por favor. Em seguida eu vou passar para a representação do Município de Itaguaí, que está presente remotamente. Vou deixar os Secretários de Itaguaí que estão presentes já atentos. Em seguida, após a conclusão da apresentação do Instituto Rio metrópole nós vamos passar para a representação do Município de Itaguaí. Por favor.

O SR. KELSON VIEIRA SENRA - Boa-tarde, cumprimento o Deputado Eliomar Coelho em nome dele cumprimento as demais autoridades presentes para não me alongar aqui, meu nome é Kelson Senra, sou arquiteto, urbanista, do quadro técnico do Estado, que está lá insta-

lado no Instituto. Não estou na direção do instituto, mas estou ajudando a construir.

Primeira coisa, nós temos que pontuar que o instituto é muito recente em termos de instituição estadual, não é? Tem poucos quadros, é pequeno, está agora se estruturando. A gente que está no Estado há 40 anos vê a dificuldade que é de fazer um concurso, viabilizar, principalmente nesse quadro que temos agora. Então, é uma instituição que está iniciando seus trabalhos, não é? Então, ainda tem algumas limitações. E se dedicou nesse período com maior clareza, com maior atenção, à área do saneamento, que é uma infraestrutura muito importante na nossa Região Metropolitana. Conduziu de uma maneira que muitos têm a favor ou contra, mas é esse o investimento que está sendo viabilizado. E nesse campo do saneamento, isso foi feito com alguma articulação com os Municípios, não é? Houve um retorno de investimento que foi acertado e negociado com os Municípios. Os Municípios aqui podem atestar isso. Inclusive não foi uma política feita de cima para baixo, foi uma política construída junto com os Municípios. Eu até tenho uma avaliação, tenho uma análise um pouco crítica disso, mas isso é o que tem hoje priorizado a agenda do Instituto Rio Metrópole e ela é importante.

Com relação ao Peduí, ao planejamento, o planejamento não incluiu Petrópolis, por forças óbvias: Petrópolis não estava antes na Região Metropolitana. A primeira iniciativa do IRM foi fazer, contratar complementação do Peduí para incluir Petrópolis, inclusive porque isso é determinado pelo Estatuto da Metrópole. Esse processo foi mais lento do que gostaríamos do que fosse, mas é o que está em andamento. Os outros planos setoriais estão determinados pela Lei Estadual 184, o Plano de Resíduos Sólidos, o Plano de Mobilidade.

Então, não vamos esperar concluir o trabalho de complementação do Peduí para tomar iniciativa de fazer os outros planejamentos que estão definidos na Lei 184. Eles estão correndo em paralelo, essas outras iniciativas de planejamento. Acho que é para ter esse contexto para entrar no Arco Metropolitano é na preocupação do Deputado Eliomar Coelho. O Arco Metropolitano, assim como as principais rodovias e Avenida Brasil são denominados como zona de interesse metropolitano econômico, de interesse econômico. E eles têm uma previsão de ter um plano específico para esse desenvolvimento econômico, para essa zona de interesse metropolitano, de interesse econômico, são os distritos industriais; e esse buffer que o Robson comentou, que é a área de entorno das principais rodovias.

O Arco Metropolitano tem ainda um plano específico que foi feito antes do plano metropolitano que é o plano de desenvolvimento do Arco Metropolitano que tem várias questões ali de ordenamento do uso do solo. Ordenamento do uso do solo que é principalmente responsabilidade dos Municípios, se o Município de Duque de Caxias está fazendo a revisão do seu plano diretor, é importante que ele faça revisão considerando aquilo que está no Arco Metropolitano que está considerando aquilo que está no plano, no Peduí. Mesmo ele não estando ainda devidamente aprovado aqui na Assembleia Legislativa, mas é importante que os Municípios façam isso.

Nós estamos colaborando, Deputado, vou procurar concluir, com a integração do PD atual com os planos diretores dos Municípios. Nós estamos atuando diretamente com alguns Municípios levando aquilo que está no Peduí para que a revisão dos planos Diretores municipais inclua essas orientações. Já fizemos isso com o Município do Rio, com Maricá, com São João de Meriti, estamos fazendo agora com Nova Iguaçu.

Então, existe um trabalho de integração de planejamento que tem sido feito dentro da medida da possibilidade lá do Instituto Rio Metrópole, acho que a gente pode também estar tomando outras iniciativas, mas, essas iniciativas, é importante relatar que elas estão sendo feitas com esse intuito de coordenar políticas públicas que acho que isso é muito importante para a Região Metropolitana.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado.

Vou passar para o Luiz Paulo para fazer uma observação, apenas lembrando que a lei é de 27 de dezembro de 2018; e o art. 1º, que discrimina os Municípios metropolitanos, já incluem Petrópolis, então, já tem mais de 3 anos, já tem mais de três anos que ela entrou em vigor, Petrópolis não entrou na Região Metropolitana ano passado, entrou em dezembro de 2018 com a Lei Complementar 184.

O SR. LUIZ PAULO - Eu já conheço o Kelson há alguns anos, ele era bem menino, talvez ainda não fosse nem formado.

Kelson, essa Casa aqui levou anos para conseguir que o Rio Metrópole fosse criado, para que plano diretor fosse instituído, nós levamos anos, essa foi uma batalha de muitos Deputados, alguns que ainda estão aqui e outros que não estão mais, queria primeiro fazer essa lembrança, alguém aqui citou no início que lá ainda, quando Deputado Rodrigo Neves, do Partido dos Trabalhadores, atuava nessa Casa, a proposta, foi o Mauro que lembrou, de fazer um plano diretor metropolitano foi nosso, foi sancionado, etc.

(FALAS PARALELAS)

O SR. MAURO OSÓRIO - ...proposta sua e dele.

O SR. LUIZ PAULO - Exatamente, e não aconteceu com a rapidez que a gente desejava.... Não, não foi 2008, foi antes disso, bom, essa é a primeira observação.

Segunda, efetivamente a estrutura se aconteceu e começou a funcionar, e eu fiz a ressalva aqui, por causa da concessão da Cedeae à iniciativa privada, porque o Governo do Estado disse que queria fazer a concessão da iniciativa privada e evidentemente os Municípios só acatarem se tivessem participação na outorga.

Então, houve uma orientação de cima, independente de eu discordar, mas, houve essa orientação para que tal fato acontecesse. O que a gente está insistindo aqui e evidentemente a gente não pode botar aqui na oitiva o Governador o que a gente está aqui fazendo é dizendo assim: o eixo metropolitano, desde Itaboraí até Itaguaí, ele precisa ter uma visão estratégica e integrada para que haja também instalações industriais. Se não houver a entrada do Governo com uma decisão política, tal fato não acontecerá. Enquanto isso, o Instituto vai complementando os planos. A terceira questão: plano diretor não é estático. Plano diretor é dinâmico. Os Municípios vão alterar os seus usos do solo; o Plano Metropolitano vai ser revisto, pode ser a favor da alteração, ser contrário.

Então, essa dinâmica é para sempre. Quando você ainda era mais jovem, a gente discutia que plano diretor devia ser decenal. Hoje, eu não sei nem se aguenta ser trienal e não ter revisão. É nesse sentido que a gente quer também esse fortalecimento. Por isso, o Waldeck está fazendo essa audiência pública. O que nós queremos é que isso aconteça. E eu queria ter registrado, por último, que eu e Waldeck fazemos parte da Comissarf, que é a comissão que acompanha o Regime de Recuperação Fiscal. Eu queria lhe dizer que, na proposta inicial, que os órgãos deviam pedir concurso público, o Instituto de Engenharia e nem o Instituto Rio Metrópole solicitaram à Fazenda abertura de concurso público. Nenhum deles pediu. E não é culpa dos engenheiros e dos arquitetos. Evidentemente, se você bota em cada instituição dessa um agente que caiu do céu, e que acha que o Estado pode funcionar sem funcionário público - sem engenheiro, falando especificamente, engenheiro, arquiteto, geólogo - sem equipe multidisciplinar, não vai funcionar, porque essas pessoas mudam e não se passa o conhecimento, o compromisso, etc.

Então, só queria complementar que é, no fundo, nós queremos, e sei que você quer, a mesmíssima coisa: que dê certo, por isso estamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado.

Bom, eu vou, momentaneamente, considerar encerrada essa participação do Instituto Rio Metrópole dessa rodada, e chamo a representação do Município de Itaguaí, que há alguns Secretários Municipais presentes e eu queria saber quem vai se manifestar pelo Município. Vocês são todos bem-vindos, mas, para efeito de organização, apenas um faz uso da palavra nesse momento.

Por favor.

O SR. JOÃO JOSÉ DE ALMEIDA NETO - Boa-tarde, Presidente. É um prazer muito grande estar participando dessa audiência pública. Cumprimento o Deputado Eliomar Coelho, Deputado Waldeck Carneiro, Deputado Luiz Paulo, que eu tive o prazer já de conhecer nessa trajetória política. Ouvindo todas as participações, eu vejo que realmente temos um trabalho muito grande, e essa audiência pública está sendo um pontapé inicial. As minhas palavras vão muito ao encontro do que o Deputado Eliomar Coelho colocou. Eu já estava na área pú-

blica quando se falava do Arco. Nós estamos já com o Arco há oito anos, 71 km concluídos, e eu lembro que, quando se falava do Arco. Ah, isso vai ser uma beleza. 35 minutos a gente sai de Itaboraí e vai estar no porto de Itaguaí. Vai acabar o congestionamento da Dutra, da Washington Luís, da Avenida Brasil. Acabaram-se os problemas. E se passaram oito anos e nada disso aconteceu. Primeiramente, eu penso que a questão estrutural, a parte de infraestrutura do Arco foi o que levou a gente estar hoje discutindo o que fazer com o Arco Metropolitano. Nesses 71 km, agora, temos um posto de gasolina na saída aqui de Itaguaí. Não se tem um restaurante. Não se tem nada, a não ser o perigo da viagem, como comentou o Deputado. Hoje, as pessoas fogem do Arco. Então, eu penso que o que a gente precisa discutir é a integração dos Municípios para fortalecer a infraestrutura da nossa estrada, porque, do contrário, vai continuar assim. Foram roubando as baterias da iluminação, hoje se anda quilômetros e quilômetros num breu total. Por quê? Não tem policiamento, não tem um posto de polícia que atenda, que cuide. Hoje já melhorou muito, mas era muito assalto. Então, isso aí acabou prejudicando aquilo que foi o objetivo da estrada que seria a melhoria de atendimento dos Municípios da Baixada, porque as pessoas fogem disso por falta de estrutura. Se furar um pneu, não tem um posto para trocar o pneu, e a pessoa fica à mercê de ser assaltada ali. Conheço "n" situações disso aí que aconteceu.

Então, assim, a opinião, aqui de Itaguaí, a gente tem o maior interesse porque a gente está próximo do porto, tem o escoamento, e a gente quer muito que isso dê certo. E eu penso que a primeira coisa para a gente tratar seria realmente a infraestrutura do Arco Metropolitano para que a gente possa transitar com segurança e que consiga fazer com que as empresas se sintam atraídas para isso. É como falou: não se tem água, não se tem um escoamento sanitário, não se tem nada hoje lá, a não ser uma estrada que foi projetada, é bonita, e que está abandonada.

Então, o que a gente quer realmente é pensar numa forma de melhorar a infraestrutura do Arco para que isso gere atrativos para que o empresário vá ali. O empresário não quer ir para lá porque tem medo de colocar uma obra ali, de ser assaltado, de ser roubado, de ser morto porque a gente não tem segurança. Nesses aspectos, eu concordo que tem que ser uma integração de todos os Municípios, não podemos deixar a responsabilidade só para o Estado, acho que a participação de todos vai fazer com que todos ganhem. Hoje tem 71 km de estrada totalmente abandonados.

Essa é a opinião que eu penso, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, Secretário João José Almeida, Secretário de Fazenda de Itaguaí, em nome que quem eu saúdo a delegação, a representação de Itaguaí que está presente nessa audiência pública. Vamos continuar o nosso debate, talvez vossa senhoria possa intervir mais uma vez.

Eu passo agora a palavra para o Presidente do Inea, o Philippe Campello Brondi está aqui conosco, agradeço a presença do Inea, através do seu Presidente, já que a questão ambiental é também um desafio importantíssimo para a agenda do desenvolvimento econômico de um modo geral, a princípio compatibilizar essa agenda com a agenda da sustentabilidade e, ao mesmo tempo, o Arco Metropolitano também, esses agentes se fazem presentes.

Philippe, obrigado por sua presença, Vossa senhoria tem a palavra.

O SR. PHILIPPE CAMPELLO BRONDI - Obrigado, Deputado Waldeck Carneiro, cumprimento o Deputado Eliomar Coelho, o Deputado Luiz Paulo, parabênico também o Deputado Rosenverg Reis pela proposta.

A gente fica com muita felicidade, Deputado, quando nós recebemos o convite de Vossa Senhoria porque mostra que o papel do meio ambiente é fundamental no processo de desenvolvimento.

A gente precisa realmente acabar com essa dicotomia de que desenvolvimento econômico e meio ambiente andam em lados opostos. Na verdade, um é tão necessário quanto o outro.

A gente sabe que meio ambiente sem desenvolvimento econômico não acontece porque as pessoas vão procurar formas de sobrevivência e vão acabar interferindo no meio ambiente de forma desordenada, que foi a palavra tão falada aqui em relação à Lei de Ocupação do Solo. Ao mesmo tempo, hoje, no mundo moderno, não se fala em desenvolvimento econômico sem sustentabilidade. A gente sabe que qualquer forma de desenvolvimento econômico que não prevê sustentabilidade não só na questão do impacto direto naquela população que vive no entorno daquela localidade vai ser impactada negativamente, como até os produtos das empresas que são produzidos de forma não com conformidades ambientais tendem a ser boicotados pelo mercado, que hoje está tão preocupado com essa questão. Então, essa aproximação do Inea, há um ano e dois meses - quando eu fui convidado pelo Secretário Thiago Pampolha a assumir e ter um diálogo constante com a cadeia produtiva do Estado do Rio de Janeiro -, está se mostrando muito feliz porque a gente (não compreendido) está conseguindo parceiros para a proteção do meio ambiente.

O Arco Metropolitano passa por três unidades de conservação: a Flora(?) Manoel Xavier, que é uma unidade de conservação federal, em Seropédica, onde fica o Cetos(?), que inclusive foi um equipamento que foi diretamente (INTERFERÊNCIA SONORA) afetado pelo Arco Metropolitano; (INTERFERÊNCIA SONORA) pela Apa Autoiguazu(?), que pega Duque de Caxias, Belford Roxo e Nova Iguaçu; e a Apa Guandu.

Então, esse Arco Metropolitano cruza essas três unidades de conservação, que é totalmente possível ter desenvolvimento econômico nessas áreas, principalmente no entorno do Arco Metropolitano.

Os Deputados Eliomar Coelho e Luiz Paulo falaram umas frases muito interessantes aqui que eu anotei, em relação à Lei de Uso e Ocupação de Solo, que eu acho, Deputado Waldeck, já estive aqui na Casa discutindo com a Comissão, que está na hora da gente fazer uma longa conversa ampla com os três - Poder Executivo, Poder Executivo Municipal, Legislativo Municipal -, envolver todas as pessoas sobre leis e ocupação de solo para a gente não ter os termos de recorrência de desastres ambientais eles vão aumentar, isso já está cientificamente comprovado que essas chuvas e essas secas vão aumentar a intensidade delas no menor espaço e é preciso que os estados, Municípios e Governo Federal discutam, de forma responsável, a Lei de Ocupação de Solo para evitar as tragédias que aconteceram e que a gente viveu, agora, nos últimos meses.

O Arco Metropolitano é, exatamente, a ponte para isso, a partir do momento que você coloca um Arco, uma estrutura rodoviária acessível, é uma estrada boa, independentemente de qualquer coisa é uma estrada boa, e ali não é ocupado de forma ordenada, ali vai favorecer a ocupação desordenada e aí a gente vai ter um problema ambiental e a gente vai ter, possivelmente, essas ocupações elas causam, além de impacto por não ter saneamento básico e outras coisas, elas têm impacto, numa eventualidade, a ocupação em áreas que a gente já diagnosticou que não têm que ser ocupadas, vem as enchentes, os desabastamentos, vem todos esses problemas.

Então, é muito oportuno, nós do Inea estamos muito felizes pelo convite que o senhor nos fez para participar dessa discussão, aprimorar essa lei e levar para aquele local desenvolvimento econômico, de forma ordenada. Desenvolvimento econômico de forma ordenada traz preservação ambiental e a gente consegue desenvolver aquela área economicamente e trazer empregos.

Tem outras questões ambientais que vão, que não são faladas nesse processo, quando a gente fala, por exemplo, quando um caminhão está vindo de Macé e vai direto para Itaguaí e deixa de passar num centro urbano, deixa de passar em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, na Avenida Brasil, a gente está impactando um lugar altamente adensado, altamente antropizado, para fazer, para passar de forma mais rápida um lugar pra você ter uma extensão dos gases providos do diesel, um lugar que você consegue absorver isso muito mais, então, você está falando da conservação ambiental e é tudo que essa lei, que a implantação dessa lei e a efetivação desse Arco Metropolitano pode trazer de benefício para o Estado do Rio de Janeiro.

Então, o Inea está à disposição dos senhores para as próximas reuniões e torcendo muito para que essa lei seja aprovada da melhor forma para que a gente diminua um pouco, inclusive, a pressão antrópica que tem dos deslocamentos, das pessoas saírem da Baixada e irem trabalhar todos os dias na região do Rio de Janeiro, e que a